



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2012 EDITAL Nº ____/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2012

Aos **XXX** dias do mês de **XXXXXX** do ano **2.012**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP**, adiante denominada de **PREFEITURA**, CNPJ/MF 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada pelo Sr. **WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.095.817, CPF/MF nº 557.700.298-20, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.292 de 23 de dezembro de 2003 e no Decreto Municipal nº 3.673 de 06 de janeiro de 2004, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007, lavra a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Edital nº ____/2010, Pregão Presencial nº ____/2010, que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS SOBRE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE RECUPERAÇÃO, REPERFILAMENTO, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, MANUTENÇÃO ASFÁLTICA, TAPA-BURACOS E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO, EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES E COMPLEMENTOS CONSTANTES DOS ANEXOS, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL**, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados no processo supracitado, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em documento vinculativo e obrigacional ao Órgão Gerenciador e ao Detentor da Ata, à luz das regras insertas no decreto nº 3.673 de 06 de janeiro de 2004.

1- A Empresa **XXXXXXXXXXXX**, adiante denominada de **DETENTORA DO REGISTRO**, CNPJ/MF nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **Rua XXXXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo Sr: **XXXXXXXX** RG:- **XXXXXX** SSP/SP, CPF; **XXXXXXXX** é a legal 'DETENTORA DESTA ATA' pelo fato de ter sido classificada em primeiro lugar na proposta de preços dos produtos do objeto.

1.1- A contratação da empresa para execução dos serviços relacionados no Anexo I será através do **REGISTRO FORMAL DE PREÇOS**, conforme detalhamentos constantes do Edital e anexos e, ainda, a documentação, propostas de preços apresentadas pelos licitantes, observado o preço da proposta vencedora, visando as contratações futuras para execução dos mesmos.

1.1.1- Dá-se à presente Ata de Registro de Preços o valor total estimado de: R\$ **XXXXX (XXX)**, sendo os valores unitários descritos conforme Anexo I.

1.2- Este instrumento não obriga a **PREFEITURA** a firmar contratações nas quantidades estimadas constante no Anexo I, podendo ocorrer licitações específicas para execução do(s) Objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao **DETENTOR DO REGISTRO** a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.3- A presente Ata de Registro de preços terá a validade de 12(doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

1.4- O(s) preço(s) unitário(s) do(s) fornecimento(s) registrado(s) no item nº 1.1.1 manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata.

1.4.1- O(s) preço(s) a ser(em) registrado(s) na presente Ata referem-se ao valor apurado mediante aplicação do desconto linear oferecido pela licitante, conforme item 7.17 e seguintes do Edital.

1.5- No caso de redução dos preços praticados no mercado ou em caso de promoções e descontos efetuados pela detentora da ata, o preço registrado poderá ser revisto mediante negociação entre o DETENTOR e a PREFEITURA, devendo o detentor ser liberado do compromisso assumido se a negociação for frustrada.

1.5.1- Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

1.5.2- A execução dos serviços será ordenada por meio da expedição da Ordem de Serviço em que serão identificados os locais precisos onde deverão ser realizadas as intervenções, assim como o prazo para o seu adimplemento.

1.6- O prazo para execução dos serviços será designado pela Secretaria de Obras em comum acordo com a Contratada, a depender de cada solicitação, levando-se em consideração a quantidade de serviços a ser desempenhado, devendo a empresa iniciar no prazo máximo de 03 (três) dias a partir da ciência.

1.6.1- Poderá ser prorrogado o prazo de conclusão dos serviços se, antes da sua expiração, o Detentor comprovar alguma das circunstâncias do Art. 57 § 1º da Lei Federal 8666/93.

1.6.2- As demais empresas somente poderão prestar os serviços à CONTRATANTE, quando tiver esgotado a capacidade o quantitativo da primeira registrada, ou no caso desta não honrar a contratação dentro das especificações no Anexo I do Edital do Pregão, executando ao preço da primeira colocada, sempre respeitada a ordem de classificação.

1.7- A (AF)-Autorização de Fornecimento é o instrumento equivalente ao contrato que completa as obrigações das partes assumidas no presente instrumento.

1.8- O DETENTOR da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento nos termos do disposto no Decreto nº 3.673/2004 e no Edital e seus anexos e cumprir integralmente todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados (AF), sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

1.9- O DETENTOR deverá manter, enquanto vigorar esta Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Edital nº ____/2012 – Pregão Presencial nº ____/2012.

1.10- À Prefeitura caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, dando-se em conformidade com o art. 73, inc. I, da Lei nº 8.666/93:



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

a) provisoriamente, pelo servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da Detentora da Ata;

b) definitivamente, por servidor responsável, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

1.10.1- Durante o decurso desse prazo, a Prefeitura Municipal de Birigüi poderá exigir a reparação dos serviços que não estejam de acordo com as especificações estabelecidas ou a realização dos esclarecimentos que se fizerem necessários.

1.10.2- A recusa da Detentora da Ata em atender à solicitação da Prefeitura levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

1.11- A empresa detentora da Ata obriga-se a:

1.11.1- Executar os serviços nas quantidades previstas, datas solicitadas e atendendo todas as exigências técnicas e as normas vigentes;

1.11.2- Facilitar a fiscalização de todas as etapas do serviço, que será realizada por meio da **SECRETARIA DE OBRAS** podendo esta a qualquer instante e sempre que achar conveniente, solicitar à **EMPRESA DETENTORA DA ATA**, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados no prazo de 03 (três) dias, bem como comunicar à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar a execução dos serviços;

1.11.3- Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a execução dos serviços;

1.11.4- Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, faixas refletivas na indumentária e outros;

1.11.5- Afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, possa estar executando os trabalhos em desacordo com o contrato, não devendo continuar a participar da execução dos serviços, assegurado o contraditório;

1.11.6- Os equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a **EMPRESA DETENTORA DA ATA** a substituir aqueles que não atenderem estas exigências, num período de 24 horas;

1.11.7- Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

1.11.8- Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's básicos de segurança;



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.11.9- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

1.11.10- Manter os locais de execução dos serviços sempre finalizados;

1.11.11- Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada nos serviços executados;

1.11.12- Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com os serviços prestados;

1.11.13- Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

1.11.14- Efetuar seguro de responsabilidade civil perante terceiros, prevenindo eventuais sinistros, além do seguro contra acidente de trabalho, que decorre da legislação em vigor, em valores compatíveis com os serviços contratados, pagando os respectivos prêmios;

1.11.15- Apresentar os seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela **EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, após o recebimento da Ordem de Serviço:

a) carta de indicação do(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, que deverá(ão) ser profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da capacidade técnica, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Admitir-se-á a substituição do(s) responsável(is) técnico(s), durante a vigência da ata, por outro de experiência equivalente, mediante prévia aprovação da **SECRETARIA DE OBRAS**.

b) averbação de seu registro no CREA-SP, na hipótese de ser de outra região, de acordo com a Lei n.º 5.194/66.

c) prova e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente ao registro do Contrato no CREA-SP, conforme determina a resolução n.º 194/70 daquela entidade.

1.11.16- O(s) Engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços deverá (ão) estar(em) presentes diariamente no local dos serviços.

1.11.17- Cumprir todas as normas regulamentadoras (NR's) de segurança, medicina e higiene do trabalho, e em especial as NR 18-Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR 1-Disposições Gerais; NR 6-Equipamentos de Proteção Individual e NR 12-Máquinas e Equipamentos.

1.11.18- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Edital e seus anexos, no prazo determinado.



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.11.19- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.11.20- Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às Especificações Técnicas.

1.11.21- Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo assinalado pelo Município de Birigüi.

1.11.22- Comunicar a **SECRETARIA DE OBRAS**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais dos serviços.

1.11.23- Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**.

1.11.24- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

1.11.25- Paralisar, por determinação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.11.26- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes, em especial as subterrâneas pertencentes às prestadoras ou concessionárias de serviços público ou privado.

1.11.27- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.

1.11.28- Arcar com os custos de combustível e manutenção dos equipamentos que porventura necessite utilizar.

1.11.29- Executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas anexas ao edital, especificações municipais, boas normas de higiene, segurança e normas da ABNT e DNIT.

1.11.30- Promover o transporte de pessoal em veículos apropriados.

1.11.31- Manter o local dos serviços sempre em ordem e segurança, inclusive no tocante a operários bem como a pessoas autorizadas para sua fiscalização.

1.11.32- Apresentar, mensalmente, junto com a medição, cópia da folha de pagamento dos empregados, discriminando seus nomes e respectivos salários, bem como a cópia do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS.

1.12- A Prefeitura obriga-se a:

1.12.1- Providenciar as informações necessárias para a Detentora da Ata executar adequadamente os serviços licitados.



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.13- O DETENTOR fornecerá o objeto da presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: serviços prestados com os materiais empregados, número do Empenho e da correspondente AF- Autorização de Fornecimento, tudo sem quaisquer emendas ou rasuras. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a presente ata e a legislação vigente serão devolvidos ao DETENTOR, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

1.13.1- A cada recebimento de valor a futura contratada deverá fornecer, ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social – INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

1.14- As medições serão mensais, salvo se houver diferentes orientações nas Ordens de Serviço.

1.14.1- As medições ocorrerão concomitantemente com as conclusões dos serviços.

1.14.2- Para cálculo do valor de cada serviço, será multiplicada a quantidade executada pelo respectivo preço final proposto registrado em **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e constante da Ordem de Serviço, baseados nos serviços descritos no Memorial Descrito - **ANEXO I**. O valor total da medição será a soma dos valores de cada serviço.

1.14.3- Quando necessário e exigido pelas normas técnicas, nenhuma medição deverá ser processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados.

1.15- A liberação dos documentos de cobrança para pagamento ficará condicionada à prestação total dos serviços constantes na referida AF – Autorização de Fornecimento.

1.16- A PREFEITURA efetuará o pagamento dos valores das prestações, 30 dias corridos da apresentação dos documentos de cobrança de cada AF- Autorização de Fornecimento, através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente do DETENTOR, junto ao Banco XXX, Agência nº XXX – C/Corrente nº XXXXXX.

1.17- O Registro de Preços poderá ser cancelado de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das penalidades previstas, nas seguintes situações:

1.17.1- quando o Detentor descumprir as condições da Ata de registro de Preços;

1.17.2- quando o Detentor não assinar o contrato ou deixar de receber o instrumento equivalente;

1.17.3- quando o Detentor tiver seu contrato ou instrumento equivalente rescindido com base nos Incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8666/93;

1.17.4- quando o Detentor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados pelo mercado;

1.17.5- quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o Detentor, mediante requerimento prévio e devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso;



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.17.6- quando houver razões de interesse público;

1.17.7- quando o Detentor solicitar o cancelamento em decorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

1.17.8- for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

1.17.9- for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

1.17.10- O cancelamento do registro, assegurados o contraditórios e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Contratante.

1.18- Correrão por conta das Unidades Orçamentárias, Categoria Econômica e Funcional Programática a seguir estabelecidas:

02.12.00 – 15.451.0031.1.0033/4.4.90.51.00 -Ficha nº 565 - Secretaria de Obras;

1.18.1- A(s) consignação(ões) orçamentária(s) constante(s) do subitem anterior será(ao) onerada(s) pontualmente, em cada ata e nas contratações efetuadas através das Notas de Empenho.

1.19- Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

1.19.1- advertência;

1.19.2- multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

1.19.3- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

1.19.4- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.16.1.3 desta cláusula.

1.19.5- as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

1.19.6- das sanções estabelecidas no item 1.16, subitens 1.16.1, 1.16.2, 1.16.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada;

1.19.7- da sanção estabelecida no item 1.16, subitem 1.16.4, fica facultada a defesa do interessado do respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos após a sua aplicação;



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.20- O atraso injustificado da prestação do serviço, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a detentora da ata multa de 5% e juros de mora de 0,033% ao dia até o limite de 5%, calculada sobre o valor da Autorização de Fornecimento.

1.21- Tudo o que for fornecido incorretamente, e portanto não aceito, deverá ser substituído por outro na especificação correta;

1.21.1- a não ocorrência de substituição ensejará a aplicação da multa definida no item 1.16 e seguintes.

1.21.2- As sanções previstas nos itens 14.1, 14.2, do edital e 1.16 e subitens, 1.17 desta Ata, poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

1.21.3- O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a detentora tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

1.21.3.1- não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente ou inscrito em dívida ativa.

1.22- As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

1.22.1- Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

1.22.2- Integram esta Ata, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº ____/2012 e seus anexos e as propostas dos licitantes, naquilo que não contrariar as presentes disposições;

1.22.3- As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Birigui - SP, esgotadas as vias administrativas.

1.23- A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará na forma e condições conforme estabelecido na cláusula XVI do Edital.

1.24- Correrá por conta das licitantes todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.25- Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica(m) definido(s) como gestor(es) da presente ata o(s) Sr.(s) _____, lotado(s) no(s) cargo(s) de _____ na **Secretaria de Obras**, ou outro(s) que venha(m) substituí-lo(s) para fiscalizar a entrega do objeto contratual.

1.26- Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, vai esta assinada pelo Sr. WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI, Prefeito Municipal, pelo Sr. Milton Lot Júnior, Secretário de Obras do Município de Birigui, e pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, representando o DETENTOR e testemunhas abaixo discriminadas.



Prefeitura Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI

Prefeito Municipal

Milton Lot Júnior
Secretário de Obras

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Detentor da Ata

Testemunhas:

NOME:
RG:

NOME:
RG: